



Associativismo Intermunicipal

Encontro

**Defender as Populações,
Valorizar o Poder Local Democrático,
Cumprir Portugal**

Resolução

O Poder Local Democrático, nascido com a Revolução de Abril e consagrado na sua Constituição, afirmou-se como um poderoso instrumento de desenvolvimento e progresso, de elevação das condições de vida e da promoção da participação popular e democrática das populações.

A Constituição da República Portuguesa caracteriza o Poder Local Democrático com existência de autarquias locais que integram a organização democrática do Estado, dotadas de órgãos deliberativos e executivos, plurais e colegiais, representativos das populações, eleitos por sufrágio direto e universal, com atribuições, competências, património, finanças e quadro de pessoal próprios.

Em todo o País, apesar de ainda não terem sido instituídas em concreto as Regiões Administrativas, é possível constatar os profundos impactos positivos criados com a existência do Poder Local Democrático, com as autarquias locais a serem responsáveis pela democratização e descentralização do investimento público, pela diminuição de assimetrias, pela promoção da coesão económica, social e cultural, pela prestação de serviços públicos fundamentais às populações.

É este Poder Local, autónomo e democrático, com capacidade criadora e concretizadora que é necessário defender e valorizar perante os desafios com que está confrontado que justificou a realização deste Encontro sob o lema: «Associativismo Intermunicipal – Defender as Populações, Valorizar o Poder Local Democrático, Cumprir Portugal».

Perante um País em grave crise económica e financeira, com o empobrecimento generalizado dos portugueses, os níveis de desemprego e de precariedade a atingirem níveis nunca antes vistos, com o encerramento de muitos serviços públicos da Administração Central, designadamente em áreas como a saúde e a educação, com o aumento do custo de vida, existem fatores de forte perturbação da vida das nossas comunidades que tornam imprescindível assegurar as condições para a prestação de um serviço público autárquico que responda às necessidades das populações, promova o desenvolvimento e contribua para tirar o País do ciclo recessivo em que se encontra.

A questão que se coloca aos eleitos locais é a de saber como enfrentar a crise e as políticas de austeridade, contribuindo para a superação das dificuldades nacionais, afirmando-se como agentes da mudança necessária.

Para o Poder Local Democrático cumprir esses objetivos não pode continuar a ser alvo de sistemáticas reduções nas transferências do Orçamento de Estado, em clara violação do princípio constitucional da participação proporcional das autarquias nas receitas do Estado; não pode continuar assistir-se aos sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais; não pode a Administração Central de forma arbitrária retirar meios às autarquias, como acontece com a recente publicação da Portaria 106/2012, de 18 de Abril, que afeta 5% das verbas de IMI à Administração Tributária e Aduaneira que significa retirar aos Municípios mais 120 milhões de euros; não podem ser aprovadas leis que condicionam a autonomia e a capacidade concretizadora das autarquias, como acontece com a chamada «Lei dos Compromissos».

Num momento em que o País necessita de um Poder Local Democrático forte, dinâmico e atuante, não se pode aceitar uma estratégia de enfraquecimento e limitação, visando restringir a sua autonomia administrativa e financeira, acabar com a pluralidade e representatividade dos seus órgãos, promover a diminuição do número de eleitos, dirigentes e trabalhadores, impor fortes limites à sua ação e à sua prestação de serviços.

Nesse sentido, os eleitos locais presentes no Encontro «Associativismo Intermunicipal – Defender as Populações, Valorizar o Poder Local Democrático, Cumprir Portugal», resolvem:

- Reafirmar a necessidade de ser respeitado o Poder Local Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa;
- Repudiar as tentativas de limitação da autonomia do Poder Local e do carácter representativo e plural dos órgãos autárquicos legitimados democraticamente pelo voto popular;
- Persistir na defesa e valorização das autarquias locais, sublinhando o papel que estas desempenham no desenvolvimento local e no conjunto do país, na elevação das condições de vida das suas populações, reafirmando a necessidade de todas elas continuarem a prestar um serviço público cada vez mais qualificado;
- Rejeitar políticas e medidas que atentem contra as competências das autarquias locais e dos seus órgãos democraticamente eleitos pelas populações;
- Rejeitar um processo de reorganização administrativa que preveja a extinção de autarquias locais, sem qualquer critério que se prenda com a vontade e a necessidade das populações e a opinião dos órgãos autárquicos que as representam;
- Continuar a exigir, nos termos da Constituição, a importância da participação, por direito próprio, das autarquias locais nas receitas do Estado e uma Lei das Finanças Locais que garanta um Poder Local com recursos adequados para fazer face às suas atribuições e competências;
- Exigir a revogação da «Lei dos Compromissos» cuja aplicação subverte a autonomia do Poder Local e significará a paralisia dos Municípios e Freguesias, colocando em causa a prestação do serviço público às populações;

-
- Continuar a apostar na qualificação e excelência dos serviços públicos autárquicos prestados às populações e aos agentes de desenvolvimento, enquanto instrumentos de progresso e cidadania;
 - Insistir na valorização e defesa do emprego público autárquico, exigindo estabilidade, segurança e uma justa retribuição para todos aqueles que nas autarquias locais dignificam o serviço público e colocam o seu esforço e o seu saber ao serviço da comunidade;
 - Reafirmar a importância do associativismo autárquico como expressão da capacidade de promoção e concertação de estratégias, projetos e ações entre entidades autárquicas, com vista à prossecução de interesses comuns;
 - Associar-se ao conjunto de ações e tomadas de posição dos órgãos autárquicos e dos seus eleitos que promovam o esclarecimento e afirmem o Poder Local Democrático;
 - Solicitar à Associação Nacional de Municípios Portugueses a realização de um Encontro Nacional de autarcas e/ou Congresso Extraordinário que junte todos os eleitos locais do País, aprecie a atual situação, a estratégia e política do Governo para a Administração Local e assuma uma posição conjunta em defesa do Poder Local Democrático, traçando caminhos para a superação das dificuldades existentes;
 - Recomendar aos promotores deste Encontro – AMRS, CIMAC e CIMBAAL que criem uma plataforma de comunicação e informação junto das Associações de Municípios, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas.

Considerando que sem um Poder Local Democrático vivo, dinâmico e criativo, sem crescimento económico e social, não haverá saída para o período que estamos a viver, os eleitos presentes neste Encontro pretendem, uma vez mais, afirmar o seu compromisso com as populações e ser parte das soluções para superar o atual quadro de graves dificuldades com que o País está confrontado.

Face à gravidade do momento que se vive e às exigências que recaem sobre as autarquias, os eleitos presentes neste Encontro pretendem aprofundar este debate nos órgãos próprios dos Municípios, em iniciativas promovidas pelas suas estruturas associativas, incluindo a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em tempo que permita uma reflexão suscetível de encontrar as melhores soluções com o envolvimento e a participação das populações, em nome do Portugal de Abril, que importa cumprir, o Portugal do desenvolvimento, do bem-estar económico e social, da cidadania.

Vendas Novas, 3 de Maio de 2012